

# A política desportiva na República Popular de Angola: uma breve análise histórica (1975-1991)

Miguel Natchulo Cassinda\*

pp. 11-23


## Introdução

O nascimento de Angola, a partir da proclamação da independência a 11 de Novembro de 1975, decorreu sob condições difíceis. Por isso, os primeiros anos de independência foram marcados por diversos problemas, tanto de ordem externa assim como de ordem interna, que influenciaram a implementação das diferentes políticas, inclusive, as desportivas.

Nas questões externas, destacam-se a Guerra-Fria e o regime do *apartheid*, na África do Sul, que também condicionavam a política interna dos países da região austral de África. No primeiro caso, a Guerra-Fria fazia com que as estratégias de desenvolvimento político, económico e social fossem elaboradas a partir das ideologias adotadas pelos países, e no segundo caso, a política sul-africana do *apartheid* chocava com a política angolana, que encarava a ocupação namibiana não só como uma violação ao direito de liberdade do povo da Namíbia, mas também como uma ameaça à sua fronteira. De certa forma, esta ameaça sul-africana na fronteira sul de Angola afetaria também a evolução do desporto angolano, o qual, sendo uma atividade social, não ficaria isolado da instabilidade política e das conflagrações bélicas após proclamação da independência de Angola.

Nos fatores internos, destacam-se a inexperiência política e a incapacidade económica, infra-estrutural e técnica, perceptíveis num país que acabava de nascer e com uma transição turbulenta para a independência. A guerra civil, resultante, também, da Guerra Fria, foi dos fatores que mais condicionou a implementação das políticas públicas em Angola. Tendo presente estes problemas, pergunta-se: qual foi a política desportiva adotada pelo MPLA para a República Popular de Angola? Como era implementada?

Visto que no período da primeira República, o MPLA adotou o mono partidarismo como sistema político para a governação do país, o presente estudo propõe-se analisar a política desportiva implementada pelo MPLA na República Popular de Angola, que vigorou de 1975 a 1991.

 <https://doi.org/10.21747/0874-2375/af36a1>

\* Investigador colaborador da Biblioteca Nacional de Angola.

## As estratégias de construção de um desporto angolano

Com a saída dos portugueses, o MPLA, partido com a independência reconhecida internacionalmente e que conseguiu estar em Luanda a 11 de Novembro de 1975, assume a responsabilidade do destino de um país que acabava de nascer. Ou seja, cabia-lhe elaborar políticas públicas para a construção de um novo país. Dessas políticas, o desporto não ficou de fora. Para melhor compreender as estratégias de construção de um novo desporto, levantamos as seguintes questões: como ficou o país, particularmente o desporto, com a saída do colono? Qual era a visão do MPLA sobre o desporto no capitalismo e como seria na nova Angola? Quais foram os primeiros passos dados pelo MPLA para a construção de um novo desporto?

Face à guerra colonial que decorreu de 1961 a 1974 e aos maus resultados dos Acordos de Alvor de 1975, os portugueses deixaram Angola numa situação muito difícil, o que levou o MPLA a adotar profundas mudanças, estabelecendo um corte nas políticas coloniais para construir um novo país baseado em suas ideologias. O desporto como atividade de massas acabou sempre ligado, de várias formas, às pretensões governamentais, ou seja, ao interesse da classe dirigente. Assim, foi aproveitado como um dos instrumentos para o alcance dos objetivos dos governantes.

Para a concretização das suas pretensões políticas, era necessário criar as instituições diretas do desporto. A JMPLA, organização juvenil do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), teve um papel crucial na mobilização e na organização das atividades desportivas no país. Antes do surgimento do Ministério da Juventude e Desporto, em 1989, foram criados sucessivamente vários organismos, tais como a DGEFD (Direcção Geral da Educação Física e Desporto), o CSEFD (Conselho Superior de Educação Física e Desporto) e a SEEFD (Secretaria de Estado para Educação Física e Desporto). Cada organismo dava lugar ao outro em função dos objetivos e do contexto que se vivia. No período em estudo, o mais longo mandato político à frente dos destinos do desporto foi de Rui Mingas, secretário nacional do CSEFD durante cerca de dez anos.

Esses organismos foram sempre secundados pelas direcções provinciais desportivas e pelas federações de cada modalidade. As federações só começaram a ser criadas em 1979. Para Rui Mingas, Secretário Nacional do CSEFD, a criação das federações nacionais não esteve apenas ligadas à resolução dos problemas nacionais, antes serviu também para demonstrar internacionalmente a independência de Angola em todas as estruturas (*Jornal de Angola*, 23 de Janeiro de 1980).

Foi assim que para a materialização das federações desportistas nacionais, foram criadas, as seguintes comissões instaladoras, compostas pelos seguintes coordenadores: futebol – Dr. Eduardo Macedo dos Santos; atletismo – Armino Augusto Fortes; andebol – Francisco António Almeida; ginástica – Miguel Ângelo Manguera de Carvalho; hóquei em Patins – Sérgio Romero; basquetebol – José Jaime de Castro Guimarães; xadrez – Rogério Silva (*Diário da República: I Série n.º 19, 23 de Janeiro de 1979*).

Mais tarde foram criadas as Comissões Instaladoras para as Federações de Judo, Natação e Ténis de Mesa. Tiveram como Coordenadores Manuel Domingos Ribeiro (Judo), José Sonnenberg Fernandes (Natação) e António da Silva Neto (Ténis de Mesa). A criação das federações nacionais foi o elemento crucial para o início das competições oficiais, pois sem elas não se podia representar o país em competições internacionais.

Com as federações criadas, o país estava pronto para se candidatar a membro do Comité Olímpico Internacional, já que o mínimo de federações exigidas (cinco) tinha sido constituído. Em Abril de 1980, criou-se o Comité Olímpico Nacional, pensando-se já na participação dos Jogos Olímpicos do mesmo ano, em Moscovo.

Esses organismos ajudaram o partido na implementação de suas estratégias políticas. Tal como foi referenciado, a independência de Angola foi proclamada de forma conturbada e em meio a vários conflitos, facto que complicou mais a transição do poder. Os portugueses saíram de Angola e deixaram as estruturas diretas do “abandono”; muitos deles, que trabalhavam em Angola, viram-se obrigados a deixar o país em resultado do novo contexto político. O desporto não ficou alheio a essa situação de fragilidade institucional. Os clubes ficaram enfraquecidos com a saída massiva de vários jogadores, enquanto as poucas instalações desportivas entravam num processo de degradação, etc. Com isso, o Governo teve uma tarefa complicada, a construção de um novo desporto a partir de uma mudança de mentalidade.

O desporto, que hoje consideramos profissional, segundo a visão comunista daquela altura, não passava de manifestações de alienação, de exclusão das massas e de um mecanismo de promoção de uma elite exploradora. A título de exemplo, o *Jornal de Angola*, numa das suas publicações, fez referência, segundo a visão comunista, à forma como determinadas modalidades eram utilizadas nos países capitalistas, citando Portugal e os EUA como exemplos. Relativamente a Portugal, o jornal referenciou o futebol como modalidade em que os principais craques saíam das classes mais baixas do país, não porque a burguesia não sabia chutar uma bola, mas por ser uma modalidade de lucro. Nos Estados Unidos, no boxe e no basquetebol, por serem modalidades lucrativas, o homem negro era exposto a todos os níveis de baixezas pelos “tubarões” da modalidade. Já no atletismo, o homem negro servia para propaganda do sistema americano nos jogos Olímpicos. Em modalidades como a natação, a ginástica, o ténis, remo e em outras, o homem negro era posto à margem, porque aí as multidões e a sua alienação não serviam (*Jornal de Angola*, 17 de Janeiro de 1976).

Dado o predomínio desta visão sobre o desporto, o Governo considerou que o melhor seria adotar um modelo que fosse diferente daquele vigente nos países capitalistas. Em função da linhagem ideológica e das cooperações no período de luta armada, a URSS e Cuba, fundamentalmente, serviram de fontes de inspiração para construção de um novo desporto angolano. A partir disso começa a fase de apresentação de um “Novo Desporto” para Angola. Várias campanhas de sensibilização foram feitas de formas a explicar aos atletas e às massas o novo modelo desportivo adotado por Angola. Por isso, mensagens como as que se seguem passaram a ser difundidas em rádio, televisão e jornais.

*O desporto reveste-se de singular importância na nossa sociedade socialista. Através do desporto para lá das vantagens referidas o trabalhador aprende a consolidar a sua individualidade e colectividade laboral. De igual modo o desporto é a base indispensável de toda a preparação militar. Daqui que actualmente os nossos soldados, com os Jogos Desportivos Militares; os estudantes, com os Jogos Desportivos Escolares, Juvenis e Universitários; as Donas de casa com Ginástica Básica Feminina encontram-se incorporadas a esta são actividade física e mental exequível a todos [...] O fim do profissionalismo significa um grande avanço no campo do desporto do nosso país e uma lição para todas nações, porque o profissionalismo viciou, sujou, envileceu por completo o desporto. E aqueles que diziam que quando acabasse o profissionalismo acabava também a qualidade do desporto, podem ver agora como os factos demonstraram o contrário e como temos actualmente uma equipa campeã e a todos os níveis (Jornal de Angola, 20 de Maio de 1976).*

Fidel de Castro, líder da Revolução Cubana de 1959 e defensor do socialismo, criticava o facto de as equipas procurarem atletas estrangeiros para suprir insuficiências ao invés de apostar na formação. O desporto devia desenvolver o espírito de confraternização, amizade

e de união de forma a que o mesmo servisse os interesses do povo. Para fins políticos, mais adiante, Fidel afirmava o seguinte:

*Esta revolução no nosso desporto não teria sido possível levar a cabo sem a base da outra revolução. A grande revolução que acabou com a exploração do homem pelo homem e costuma criar novas condições para o nosso povo... Foi a revolução que tornou possível que Cuba se tornasse o primeiro país da América Latina onde o desporto deixou de ser uma actividade comercial, mercantil para se tornar numa actividade educativa e cultural (Jornal de Angola, 20 de Maio de 1976).*

Desse modo, para a visão socialista, o desporto praticado nos países capitalistas era encarado como um meio de exclusão das massas. Assim, o MPLA, dentro da sua linha ideológica, consolidada com a realização do seu I Congresso, em 10 de Dezembro de 1977, adotou uma política que privilegiasse a expansão da prática desportiva a todas as esferas da sociedade independentemente da condição social, género ou idade.

Volvidos quase cinco anos de independência, no I Encontro Nacional do Desporto, realizado de 25 a 27 de Fevereiro de 1979, em Luanda, o governo constatou, passado todo esse tempo, que vários problemas ainda estavam longe de serem resolvidos. Por isso, no I Congresso Extraordinário de Dezembro de 1980 do MPLA, foram reforçadas as estratégias que viriam conduzir o desporto angolano nos cinco anos subsequentes e que, com alterações pontuais, serviram de orientador até ao final do período em estudo.

Deste modo, no rescaldo do Congresso, o setor desportivo deveria prestar a máxima atenção às seguintes tarefas fundamentais: priorizar o alargamento progressivo da educação física e do desporto nas escolas do 2.º e 3.º níveis do ensino de base e nos centros de trabalho e unidades militares; consolidar a estrutura orgânica da cultura física, recreação e desportos de forma a adaptar-se às novas situações concretas e permitir o desenvolvimento da prática desportiva e de atividades físicas a nível das escolas, empresas, unidades militares e bairros; melhorar o desporto de rendimento e dinamizar as atividades físicas de recreação e manutenção (desporto de massas); criar a base material requerida para a prática da educação física e da atividade desportiva; promover o desenvolvimento intensivo e multiforme do processo de formação de quadros docentes e técnicos (MPLA-PT, 1980).

Esses objetivos podem ser relacionados com cinco áreas de atuação: educação física e desporto escolar; educação física e desporto nos centros de trabalho e unidades militares; desporto de rendimento, cultura física, recreação e manutenção (desporto de massas); estrutura e equipamento desportivo; formação de quadros. Este último objetivo, a formação de quadros, mereceu uma atenção especial, sendo concretizada no interior do país ou, em alternativa, outra no exterior.

No tocante à formação de quadros levada a cabo no país, as ações formativas do governo eram realizadas de forma intensiva em períodos que variavam de um a três meses, por vezes por períodos mais prolongados. No exterior, a formação caracterizava-se pela frequência dos técnicos de algumas modalidades desportivas em cursos ministrados em geral em países com quem Angola tinha laços de amizade.

De acordo com o contexto histórico internacional da época, o MPLA teve de adotar medidas políticas ligadas a sua ideologia. O governo angolano utilizou o desporto conforme era usado noutros países socialistas. A República Popular de Angola, tal como outros países do bloco socialista, considerava o desporto nos países capitalistas exclusivista e elitista, por isso urgir a necessidade de romper o paradigma colonial e introduzir um desporto de massas. Pelo menos nas intenções, era este o objetivo do MPLA.

## As competições nacionais

No período colonial, as competições desportivas não estiveram paradas. Em Angola, em uma província portuguesa, nenhuma competição tinha a designação de campeonato nacional, mesmo as que envolviam equipas de distritos (hoje, províncias) diferentes. Por exemplo, a maior prova futebolística da colónia de Angola denominava-se simplesmente Campeonato de Angola de Futebol e, já nos meados de 1950, passou a designar-se Campeonato Provincial de Angola, em função da política da “provincialização” de Angola (Nzagi, 2017)<sup>1</sup>.

Com a proclamação da independência e a intenção de se construir um novo desporto, julgou-se necessária a criação de competições que, embora referidas ao conjunto da sociedade, se ligavam aos interesses do governo.

Antes do início das principais competições, vários torneios foram realizados no país, destacando-se os torneios Independência, de dezembro de 1975, e o do Pioneiro, de janeiro de 1976. Mas sobre as competições, a abordagem enfatizou o início dos campeonatos nacionais, principalmente os federados, cujas datas remontam a 1979 e 1980, já que algumas modalidades, até esse período, não tinham ido além da realização de torneios. Dois aspetos estão diretamente ligados ao início dos campeonatos nacionais, designadamente o decreto sobre a nacionalização do Estádio da Cidadela e o despacho sobre a mudança dos nomes dos clubes.

A importância da nacionalização da Cidadela Desportiva, a 8 de dezembro de 1978, pelo presidente da República Popular de Angola, António Agostinho Neto, deve-se a ter sido a sede do desporto angolano, por boa parte dos jogos das principais competições terem sido aí realizados. Quanto à mudança do nome dos clubes, num despacho do Conselho Superior da República, de 23 de abril de 1979, foi determinado que as direções dos clubes que mantinham denominações ou insígnias, de qualquer modo, relacionadas com o colonialismo deveriam promover a realização de assembleias-gerais para a alteração daquelas denominações ou insígnias.

Mesmo não sendo uma competição federada, refiram-se os I Jogos Nacionais Escolares em representação ao desporto escolar, a primeira competição de caráter nacional realizada na República Popular de Angola. De 3 a 7 de março de 1979, disputaram-se em Luanda, Huambo, Lunda-Sul e Kwanza-Sul, competições das modalidades de voleibol, basquetebol, andebol e futebol. Os jogos, organizados pelo Ministério da Educação, através da Direção de Educação Física Escolar, surgiram em complemento do programa de competições escolares, iniciado no ano letivo de 1978. Nele participaram representantes de todas as províncias do país.

Após a realização de vários torneios regionais, comemorativos de diferentes efemérides, a renovação e o surgimento de novos clubes, a aplicação do programa de reativação do desporto e a criação das federações nacionais, no ano de 1979 deu-se início aos principais campeonatos nacionais. Basquetebol, andebol, hóquei em patins, xadrez, natação e futebol que teve a designação de “Campeonato da Unidade”, foram as modalidades cujos campeonatos nacionais tiveram início nesse ano.

Refira-se que, em vista do referido na imprensa, durante o período em análise muito foi mudando no que concerne aos moldes de organização dos campeonatos, desde a respetiva duração ao número de equipas e aos modelos de disputa.

Mesmo sem detalhar a abordagem das competições nacionais, queremos realçar a audácia do governo, num país em guerra e com escassas infra-estruturas desportivas, de organizar competições que pudessem representar todas as províncias do país, tais os casos dos I Jogos

<sup>1</sup> Monografia de Licenciatura sobre o tema *O Campeonato de Angola de Futebol: uma evolução histórica (1950-1966)*, Luanda: ISCED, 2017, p. 24.

Nacionais Escolares e do primeiro campeonato nacional de futebol. Outro ponto de capital importância foi a forma como o governo, a partir da realização dos campeonatos nacionais, disseminou a mensagem de um desporto voltado para as massas.

O teor político-ideológico da mensagem disseminada durante a realização das competições mereceu destaque na imprensa oficial. Os discursos de abertura e encerramento e os lemas dos campeonatos, como exemplo, “*campeonato da unidade nacional*”, “*por um desporto para todos sem discriminação nem alienação*”, demonstravam, ao menos aparentemente, a intenção de se romper o paradigma de um desporto considerado, pelo MPLA, de elite.

## O desporto angolano na esfera internacional

Embora a política desportiva do MPLA estivesse voltada para a massificação do desporto, traduzida na disseminação da prática desportiva por todas as franjas da população, a preocupação relativa à internacionalização do desempenho desportivo nunca foi posta à parte. Assim, mesmo sem ter ainda as estruturas diretivas reconhecidas internacionalmente, o país não só participou em vários torneios internacionais, como também os organizou.

No tocante aos torneios organizados, as Jornadas Desportivas de Solidariedade Anti-Imperialista, decorridas de 31 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 1976, marcaram o primeiro contacto internacional de seleções nacionais de algumas modalidades. Foram organizadas pela JMPLA, em colaboração com a DGJD e o Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de comemorar o 15.º aniversário do início da luta armada de libertação nacional e de mostrar ao mundo o posicionamento político-ideológico do país no período da Guerra-Fria.

Foram jornadas mais políticas do que desportivas. Para esta competição, foram convidados países que tinham boas relações com Angola, fruto da ajuda prestada no período da luta armada, casos de Cuba, URSS, Guiné-Conacri, Congo-Brazzaville e Nigéria (Candembo, 2007). As mensagens passadas durante a competição eram como se infere do seguinte trecho: “Serão desportistas servindo a revolução. Será o desporto (desalienado) unindo os homens, sem distinção de raças, cumprindo a sua missão libertadora da humanidade. É o desporto posto ao serviço de um povo que luta sem tréguas, contra a exploração do homem pelo homem” (Jornal de Angola, 14 de janeiro de 1976).

Para a realização dessa atividade foram seleccionadas quatro cidades: Luanda, Cabinda, Malanje e Saurimo<sup>2</sup>.

No decorrer das Jornadas, no campo desportivo não se cumpriu com alguns dos propósitos devido à não comparência de algumas seleções, o que obrigou a certos reajustes, tal o caso da seleção angolana de futebol ter sido obrigada a defrontar a seleção angolana B. No geral, contudo, acabou por se cumprir o principal objetivo: o da alegada confraternização entre povos de nações diferentes, mas unidos por boas relações políticas.

Os jogos olímpicos “Moscou 80” deram azo à primeira grande participação de Angola em competições internacionais. Esses jogos foram marcados pelo boicote liderado pelos Estados Unidos de América, seguido por mais de 60 países, em protesto contra a invasão soviética do Afeganistão, um ano antes<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Para a organização destas Jornadas foram criadas seis comissões: a das Relações Exteriores, encabeçada por José Mangueira e Eugénio Neto; a de Orientação Política, dirigida por Paula Sebastião, Alice Escórcio e Rosário Bragança; a de Alojamentos, por Vasco Martinho; a de Programação, por Espírito Santo e Alice Serrano. A Coordenação esteve a cargo de Augusto Campos Neto e o Apoio Técnico da Direcção Geral da Juventude e Desporto (Jornal de Angola, 15 de janeiro de 1976).]

<sup>3</sup> Boicote aos Jogos Olímpicos de Verão de 1980. [Em linha]. [Consult. 01.jul.2017]. Disponível em: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/jogos\\_Ol%C3%ADmpicos\\_de\\_Ver%C3%o\\_de\\_1980](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/jogos_Ol%C3%ADmpicos_de_Ver%C3%o_de_1980).

Angola, país de orientação socialista e com boas relações políticas e desportivas com o país organizador, não aderiu ao boicote. Pelo contrário, em várias publicações no *Jornal de Angola*, foi condenando tal ato. Participou nestes jogos com uma delegação composta por atletas que competiram em três modalidades individuais, a saber, atletismo, natação e boxe<sup>4</sup>.

Para Angola, na altura um país jovem que procurava a consolidação das suas estruturas a nível interno e externo, a participação numa competição da dimensão dos Jogos Olímpicos de Moscovo seria oportunidade para ganhar experiência desportiva internacional. No plano político, e atento o contexto político global, pretendia-se não só mostrar ao mundo a existência de uma nação independente, como também, em nome da solidariedade anti-imperialista, prestar apoio a uma nação socialista, a URSS.

Os Jogos Olímpicos de Los Angeles, decorridos entre 28 de julho e 12 de agosto 1984, tal como os de Moscovo, também sofreram boicotes, desta vez dos países do bloco socialista em retaliação ao boicote liderado pelos norte-americanos aos Jogos de Moscovo, de 1980. Ao contrário da Roménia, Benim e a República Popular do Congo, que faziam parte do bloco socialista, Angola não participou nesses jogos por apoio à URSS<sup>5</sup>.

O boicote angolano não se limitou à não ida aos jogos, mas estendeu-se, inclusive, à imprensa, que se encarregou de difundir informações com o objetivo de descredibilização dos Jogos de Los Angeles. As informações apresentavam a competição como um mero espectáculo político, diziam que aos americanos apenas interessava o lucro. Acrescentava-se que a ausência dos mais fortes competidores permitia a hegemonia dos Estados Unidos.

Os tópicos acima apresentados demonstram de maneira clara o quão forte era a presença política no desporto. Num período em que o mundo vivia assolado pela Guerra Fria, era impossível separar o desporto da realidade político-ideológica, Angola não ficou a margem disso.

No que concerne a abordagem do desporto angolano na esfera internacional, o basquetebol e o andebol merecem destaque. O basquetebol, na categoria sénior masculino, e o andebol, na categoria sénior feminino, atingiram o topo a nível de África em 1989. Em basquetebol, no “*Afrobasket 89*”, em Luanda, e em andebol, no VIII Campeonato Africano, em Argel.

O campeonato africano sénior masculino de basquetebol de 1989, vulgo “*Afrobasket 89*”, teve um carácter especial para o desporto angolano, em geral, e para o basquetebol, em particular, por ter sido uma edição em que Angola organizou pela primeira vez e, também, alcançou o inédito primeiro lugar.

Justifica-se a escolha de Angola para a realização do “*Afrobasket 89*”. Num período em que o Egipto (com cinco títulos) e o Senegal (com quatro títulos) tinham vencido nove das catorze edições dos “*Afrobasket*”, era notória a ascensão do basquetebol angolano. Só para citar alguns feitos, dois títulos do “*Afrobasket*” na categoria de júnior (1980 e 1982), um título dos Jogos da África Central (1987) e a presença no pódio nos três “*Afrobasket`s*” anteriores (segundo lugar em 1983 e 1985 e o terceiro lugar em 1987). Pesava também o facto de ter sido organizado nove, das catorze edições do “*Afrobasket*”, na região norte de África. Angola, com um visível desenvolvimento competitivo e a experiência na organização de competições internacionais, muitas não oficiais, em diferentes modalidades, figurava como um bom candidato perante outros países da África Austral.

<sup>4</sup> No atletismo, Ilídio Sirgado – 100 metros planos; Ruben Pedro – 200 e 400m; Bernardo Manuel – 5000 e 10000m. Na natação, Michele Pessoa – 100 metros livres; Marcos Gil – 100 mariposa; Francisco Santos – 100 braços; Jorge Lima – 100 e 200 livres, 100 costas. No boxe, Abílio Cabral – peso pena; João Almeida – galo; Alberto Coelho – ligeiro (*Jornal de Angola*, 15 de julho de 1980).

<sup>5</sup> Jogos Olímpicos de Verão de 1984. [Em linha]. [Consult. 23.ago.2017]. Disponível em: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/jogos\\_Ol%C3%ADmpicos\\_de\\_Ver%3o\\_de\\_1984](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/jogos_Ol%C3%ADmpicos_de_Ver%3o_de_1984).

Em resultado do poderio do desporto na mobilização e na adesão das massas, o governo angolano deu grande importância ao evento e preparou minuciosamente as condições necessárias para o bom funcionamento da competição.

Criou-se uma comissão que se encarregou de questões logísticas, como alojamento, alimentação, transportes, bem como das obras de beneficiação da Casa do Desportista e do Pavilhão da Cidadela Desportiva, para além de outros aspetos e projetos que seriam concretizados. Dez dos doze jogadores escolhidos pela equipa técnica,<sup>6</sup> liderada por Victorino Cunha, jogavam em clubes angolanos financiados pelo Estado, caso do Atlético Petróleos de Luanda ou, simplesmente, Petro Atlético (clubes central da maior empresa pública angolana – a SONANGOL); o 1.º de Agosto (clubes central das FAPLA)<sup>7</sup>, o Inter Clube<sup>8</sup> e o Dinamos de Luanda que eram clubes paramilitares. Os outros dois jogavam em Portugal, concretamente no Sport Lisboa Benfica e no Futebol Clube do Porto.

Para essa competição, houve uma aposta acentuada na preparação da equipa angolana. Para além de estágio feito nos Estados Unidos de América, antes, venceu o torneio organizado pela JMPLA denominado “Taça Juventude” que teve a participação de países africanos bem referenciados no basquetebol, designadamente Egipto e a Costa do Marfim, além da China que já participava regularmente em Campeonatos do Mundo e Jogos Olímpicos. Participou ainda num torneio internacional nas Antilhas Holandesas, evento conhecido também por “*Aruba Sunshine Shootout*” (Candembo, 2007).

Em função do sorteio realizado a 21 de dezembro de 1989, em Luanda, Angola integrou o grupo B juntamente com as seleções da Tunísia, Quênia, Marrocos, Egipto e Costa do Marfim. O grupo A tinha como cabeça de série a República Centro-Africana e agrupava as seleções do Congo, Senegal, Argélia, Mali e Zâmbia.

Na fase de grupos, a seleção nacional de Angola foi superior em todos os jogos. Na meia-final Angola derrotou o Mali, segundo classificado do grupo A. Na final enfrentou o Egipto, que derrotara o Senegal na outra meia-final. Na disputa pelo terceiro lugar o Senegal suplantou o Mali vencendo-o por 65-53.

O jogo da final, aguardado pelos angolanos com muita expectativa, ocorreu no Pavilhão da Cidadela Desportiva, no dia 26 de dezembro de 1989, contando com casa cheia. Embora os primeiros dois pontos tenham sido marcados pelos egípcios, Angola venceu o jogo de forma confortável registando-se um parcial de 44-23, na primeira parte, e 45-39, na segunda parte, e de 89-62 no final. Angola sagrou-se pela primeira vez campeã africana na categoria e marcando o início de uma hegemonia na modalidade em África. Nesse jogo, o presidente José Eduardo dos Santos apareceu na parte final. Ainda assim, sem fazer referência às causas do atraso, o *Jornal de Angola* referenciou a presença como um ato que dignificou o triunfo.

Em andebol sénior feminino, o domínio africano da seleção angolana começou na Argélia, ao consagrar-se pela primeira vez campeã no VIII Campeonato Africano da modalidade, decorrido entre 17 a 27 de julho de 1989.

Sob o signo da unidade e da solidariedade africana, essa competição contou com a participação dos seguintes países: Argélia, Egipto, Tunísia, Congo, Costa do Marfim e República

<sup>6</sup> Honorato Tross (Dinamo de Luanda), Aníbal Moreira (Petro de Luanda), Ângelo Victoriano (Petro de Luanda), António Cristo (Inter Clube), Ademar Barros Necas (Dinamo de Luanda), Herlander Coimbra (1.º de Agosto), Nelson Sardinha (Dinamo de Luanda), David Dias (1.º de Agosto), Paulo Macedo (1.º de Agosto), José Carlos (FC do Porto/Portugal) e Jean Jacques da Conceição (SL Benfica/Portugal) (Candembo, 2007).

<sup>7</sup> Forças Armadas Populares de Libertação de Angola. Como resultado dos Acordos de Bicesse de 1991, houve a união das diferentes forças militares do país numa só instituição militar, as FAA (Forças Armadas Angolanas), atual proprietária do clube 1.º de Agosto.

<sup>8</sup> Atualmente é o clube da Polícia Angolana.

Popular de Angola, em masculinos, e Argélia, Costa do Marfim, Congo, Tunísia, Angola e Egipto, na classe feminina.

Se no andebol masculino, Angola não foi além da fase de grupos, já no feminino o cenário foi bem diferente. Na meia-final Angola venceu a Argélia (19-9), pelo que se apurou para a final, onde viria defrontar, no Pavilhão de Harcha, a Costa do Marfim.

Para as angolanas, o apuramento para a final significava muito, não só pelo alcance dos objetivos desportivos, mas, em particular, por a seleção ter recebido o convite para participar no “mundial B” daquele ano na Dinamarca. Pelas reportagens publicadas pelo *Jornal de Angola*, percebe-se facilmente que o apuramento para a final levou a equipa a pensar em conquistar o título. No jogo da final, as angolanas impuseram uma derrota sobre as marfinenses (22-18) e consagraram-se pela primeira vez campeãs africanas, dando início a hegemonia no andebol feminino no continente.

Em Angola, as felicitações às novas campeãs africanas vieram de todos lados, mas cumpre destacar a receção da equipa por Marcolino Moco, Ministro da Juventude e Desporto, e por Sardinha de Castro, seu vice para área dos Desportos, no dia 9 de agosto. A receção era um sinal de reconhecimento do Governo Angolano, pelo extraordinário feito protagonizado em Argel. As homenagens estenderam-se com a realização de um jantar de confraternização no Centro Recreativo e Cultural “Kandimba”, bairro Terra-Nova, em Luanda.

## Um balanço

Em Angola, há dificuldades em avaliar a eficiência dos programas políticos implementados porquanto dificilmente os balanços das atividades chegam ao conhecimento do cidadão. Também por isso, para entender o que se fez no período em estudo, decidimos recuar ao fim da colonização para avaliar os projetos traçados para o novo desporto e, a partir da análise das notícias, entrevistas e artigos publicados pelo *Jornal de Angola*<sup>9</sup>, avaliar a eficácia das políticas pelo cumprimento dos objetivos traçados.

O melhoramento do desporto esteve sempre dependente do nível de desenvolvimento político e económico. Ora, as dificuldades da transição (período colonial para a independência), aliada à guerra civil que o país enfrentava, influenciaram na aplicabilidade das políticas.

Quanto ao primeiro aspeto, lembre-se que toda transição obedece a um período de adaptação. Em Angola, o vazio deixado pelos portugueses nas instituições que ocupavam e a incapacidade dos angolanos em os substituir, a falta de formação e a in experiência de muitos membros do governo, ainda, os problemas económicos dificultaram na implementação das políticas públicas em geral e desportivas em particular. Quanto ao segundo aspeto, a guerra civil foi o fator que mais pesou negativamente na massificação do desporto: não se podia estender o desporto em todo o território angolano porquanto, durante esse período, havia zonas do país que estavam sob o domínio da UNITA. Ademais, a maior parte dos recursos do país (financeiros, materiais e humanos) era canalizado para servir a guerra.

De uma forma geral, o país valeu-se das poucas infra-estruturas herdadas da colonização e dos atletas que transitaram do período colonial para a independência. Nessa fase, entre 1975 a 1980, os clubes onde se registavam uma acentuada presença portuguesa desapareceram, mas aqueles clubes onde a maioria dos atletas e dirigentes eram angolanos permaneceram, alguns que possuíam nomes e emblemas portugueses tiveram que mudar por orientação governamental (o Portugal de Benguela, por exemplo, sem esperar pela orientação governamental, mudou para Nacional de Benguela). Quanto as infra-estruturas, os

<sup>9</sup> Mesmo sendo um órgão público e oficioso num período de monopólio e controlo dos órgãos de comunicação pelo Estado, em matéria desportiva havia uma relativa abertura à análise crítica. O trecho da entrevista de Rui Mingas, citado abaixo é um indício disso.

novos clubes fundados utilizaram sedes ou recintos de clubes considerados abandonados<sup>10</sup> (Gonçalves, 2010).

A primeira grande ação do governo relativa às infra-estruturas foi o decreto presidencial de 1978 sobre a nacionalização da Cidadela Desportiva, a catedral do desporto angolano. Durante o período do monopartidarismo, não se assistiu a nenhuma construção de obras ligadas ao desporto, salvo a reinauguração da Casa do Desportista e da Cidadela Desportiva. Ao invés, assistiu-se à degradação gradual das infra-estruturas existentes.

Quanto à formação, as políticas eram boas, porém os meios canalizados para esta área eram insuficientes para acudir às exigências. Num país com as condições apresentadas, para que houvesse sucesso na implementação das políticas, a formação seria a prioridade, pelo contrário, esse foi dos setores que menos investimento recebeu. As poucas ações formativas da Direção Nacional de Formação de Quadros confinaram-se a Luanda e não se conseguiu expandir o INEF (Instituto Nacional de Educação Física) às demais províncias do país.

As dificuldades de várias ordens afectaram directamente a qualidade das competições desportivas. Atente-se numa entrevista de Rui Mingas ao *Jornal de Angola*, quando fazia um balanço sobre a primeira década de independência:

*A partida, os resultados alcançados na alta competição devem reflectir a quantidade e a qualidade atingidas na competição nacional. Se não temos tido melhores resultados na competição internacional, em muitas modalidades, isso é o “castigo” por investirmos pouco nas categorias mais jovens, por não termos “escolas” nos clubes, pelas insuficiências do nosso desporto escolar, por não termos implementado ainda o sistema previsto de detenção e formação especializada de jovens particularmente dotados, por não aplicarmos um programa dinâmico de descentralização desportiva (Jornal de Angola, 26 de novembro de 1985).*

Este trecho faz referência à dependência entre o investimento desportivo, sobretudo na formação, e a qualidade das competições nacionais, que se refletia no desempenho em competições internacionais. Em outras palavras, Rui Mingas assumia claramente que o governo falhara na implementação da política desportiva ao não investir o suficiente na base (formação e infraestruturas).

O êxito internacional em modalidades como o basquetebol e o andebol parece contrastar com a análise de Rui Mingas. Se Rui Mingas reclamava do fraco investimento em infraestruturas e na formação, o mesmo não se pode dizer do investimento no escalão sénior. Fizeram-se investimentos a nível de clubes através das Forças Armadas e de empresas públicas como, a SONANGOL (maior empresa petrolífera do país), a TAAG (transportadora aérea angolana), a CUCA (cervejeira angolana), a CIMANGOLA (cimenteira angolana), as empresas dos caminhos-de-ferro, e outras.

Esses clubes, destacando-se o 1.º de Agosto, o Atlético Petróleos de Luanda, o Inter Clube, os Dinamos, o Ferroviário de Angola, o Desportivo da TAAG ou ASA, apostavam essencialmente no escalão sénior e em modalidades como futebol, basquetebol e andebol. Seus atletas sustentavam as diferentes seleções nacionais, já que de fora começaram a vir mais tarde e em número muito reduzido. Aos seus atletas, inicialmente, os clubes facilitavam com bens de primeira necessidade, num contexto de grandes carências, obtinham para eles emprego nas respetivas empresas e, já no começo da década de 1980, eram efetuados alguns pagamentos (Gonçalves, 2010), uma prática que caracterizava o desporto capitalista.

<sup>10</sup> O Atlético Petróleos de Luanda (Petró-Atlético) é um exemplo. Um dos maiores clubes desportivos de Angola, foi criado, em 14 de janeiro de 1980, a partir da ideia de refazer o Clube Atlético de Luanda servindo-se das infra-estruturas do antigo Benfica de Luanda (Cardoso, 2003).

Contudo, uma das possibilidades de se compreender os êxitos internacionais nas modalidades citadas é considerar também a preparação e algum nível competitivo que os atletas traziam dos clubes associados aos investimentos na preparação das seleções, antes das provas oficiais, por via de torneios internacionais em que Angola participava.

De facto, o período da transição e a guerra civil pesaram na aplicabilidade das políticas desportivas, como foi acima apresentado, mas não se deve descartar a incapacidade do governo de conciliar as políticas traçadas com a realidade do país. O agravante foi a inversão da pirâmide, a aposta nas competições em detrimento do investimento na base, formação e infraestrutura, sem o que não se pode expandir o desporto.

Como vimos, a palavra de ordem lançada para a construção do desporto foi a massificação. Para a concretização desse desejo impunha-se a criação de estruturas diretivas. Algumas organizações, como as direções de algumas modalidades, surgiram logo a seguir a independência, mas havia necessidade de se criar uma que estivesse diretamente ligada aos organismos dirigentes do país, pelo que se criou, em poucos dias de liberdade, novembro de 1975, da Direcção Geral da Educação Física e Desporto.

Esse organismo evoluiu estruturalmente, fruto das circunstâncias e dos desafios de cada momento. Tal evolução levou inicialmente a transformação de DGJD para CSEFD, que posteriormente transformou-se em SEEDF, último organismo até a criação de um Ministério mais vocacionado para o desporto.

Em 1989, a Comissão Permanente da Assembleia do Povo aprovou a extinção da Secretaria de Estado para Educação Física e Desporto e a criação do Ministério da Juventude e Desporto (MINJUD).

Assim, as competências do novo ministério eram as seguintes: auxiliar o Conselho de Ministros na elaboração e execução da política juvenil do Estado; assegurar a coordenação interministerial dos planos, programas e ações na área da juventude e materializar os que pela sua natureza não sejam da competência de nenhum órgão central da Administração do Estado; fomentar a participação da juventude no desenvolvimento socioeconómico do país e contribuir para formação e educação integral da Juventude; auxiliar o Conselho de Ministros na elaboração e execução da política desportiva do Estado; orientar a atividade desportiva nacional e elaborar a estratégia do desenvolvimento desportivo; conceber, implementar o sistema de educação, cultura física e recreação, na base de atividades físicas de natureza formativa, recreativa e de manutenção; executar outras tarefas que lhe sejam superiormente incumbidas (Diário da República: I Série n.º 5, 11 de fevereiro de 1989).

Ficou orientado, no artigo 4.º, a transição para o Ministério do património e do pessoal da extinta SEEDF, devendo, igualmente, as obrigações assumidas para com terceiros pela estrutura extinta, serem assumidas pela nova estrutura governativa.

A criação do MINJUD obedeceu a uma série de reformas implementadas em Angola, fruto do contexto internacional da época (relacionadas com as reformas políticas e económicas na URSS em meados da década de 1980, que anunciavam o fim do socialismo). Diferente da SEEDF, os objetivos do MINJUD ultrapassavam a política desportiva. Abrangiam todas as políticas traçadas por qualquer órgão governamental voltadas à juventude. Assim, ao novo ministério coube a função de assegurar a efetivação dos direitos económicos, sociais e culturais dos jovens, como o ensino e formação profissional, acesso ao emprego e segurança social, habitação, desporto e lazer bem como intercâmbio internacional, ou seja, a integração da juventude na vida ativa.

## Conclusão

Desta forma, para a compreensão da política desportiva do MPLA, identificamos que as estratégias para a construção de um novo desporto angolano passavam pela ruptura do vínculo

colonial, algo que do ponto de vista prático não era viável, e pela adoção de políticas ajustadas à nova realidade.

Analizamos, também, que no primeiro congresso extraordinário do MPLA, em 1980, se reforçaram as linhas de orientação política para o desenvolvimento desportivo do segundo quinquénio da independência, que se traduziam na expansão do desporto a todas as zonas e setores do país, algo que não foi conseguido, não só por causa da guerra civil, mas também devido ao fraco investimento nos setores chave, infraestrutura e formação.

Os primeiros resultados internacionais, que serviam para a afirmação internacional, foram possíveis, também, graças ao aproveitamento dos recursos materiais e humanos herdados da colonização, para a formação das primeiras seleções, recorreu-se aos atletas, dirigentes e técnicos que transitaram do período colonial e durante os dezasseis anos, aproximadamente, da Primeira República, não se construiu nenhuma infraestrutura desportiva de realce.

Aferimos, ainda, que, ao fim de uma década de independência, o governo avaliou as estruturas desportivas, procurou ajustar as estratégias às novas realidades sociopolítica e económica do país. Foi nesse contexto que surgiu, em 1989, o Ministério da Juventude e Desportos.

Fruto da orientação ideológica, em plena Guerra-Fria, o governo angolano procurou construir um desporto diferente do adotado pelos países capitalistas. Por isso, em termos de cooperações, limitou-se à dos seus aliados políticos. Logo, os quadros estrangeiros contratados para a formação vinham de países socialistas e era para esses países que também se enviavam os formandos angolanos.

Internamente, as diferentes competições organizadas tinham como principais objetivos fazer passar a mensagem de unidade nacional e levar a prática desportiva a todas as áreas e camadas sociais do país. No capítulo externo, participou-se em várias provas, primeiro para mostrar para fora a sua soberania, e, segundo, para a aquisição de experiência desportiva.

Portanto, todas as ações voltadas às políticas desportivas do MPLA centravam-se nas estratégias da política de massificação desportiva, no intento de levar o desporto a toda sociedade, dentro do projeto de construção de uma sociedade comunista, propósito que não foi alcançado.

## Referências bibliográficas

- Candembo, Silva (2007), *Breve História de Angola nos Afrobasket's 1980-2005*, Editora Semanário Angolense.
- Cardoso, Albano da Silva (2003), *Atlético Petróleos de Luanda, S.E.*
- Diário da República (1975-1991), 12 de novembro de 1975, I Série, n.º 2 – 01 de junho de 1991, I série, n.º 23.
- Fiba Archive (1983), 1983 World Championship For Junior Man. [Em linha]. [Consult. 24.ago.2017]. Disponível em: [https://archive.fiba.com/pages/eng/fa/event/p/sid/2892/\\_/1983\\_World\\_championship\\_for\\_junior\\_Men/index.html](https://archive.fiba.com/pages/eng/fa/event/p/sid/2892/_/1983_World_championship_for_junior_Men/index.html).
- Gonçalves, J. (2010), “Esporte em Angola: do ultra colonialismo à independência”. In: *Mais do que um Jogo: o esporte e o continente africano*, Melo, V., Bittencourt, M., e Nascimento, A. (orgs.), Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, pp. 133-158.
- Jornal de Angola* (1975-1991), Luanda, 11 de novembro de 1975 – 01 de junho de 1991.
- MPLA - Partido do Trabalho (1980), *Orientações fundamentais para o desenvolvimento económico-social da República Popular de Angola período de 1981-1985*. I Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho (17/23 de dezembro de 1980).
- (1977), *Teses e resoluções do 1.º Congresso do MPLA-Partido do Trabalho* (dez. 1977).

- Nzagi, Andrade António (2017), *O Campeonato de Angola de Futebol: uma evolução histórica (1950-1966)*, Luanda: ISCED, p. 52 (Monografia de Licenciatura).
- Pacavira, Carlos e Gonçalves, Mateus (s/d), *Trumunu II – 30 anos de futebol*, Kromo Editora, São Paulo – Brasil.
- Wikipedia (1984), Jogos Olímpicos de Verão de 1984. [Em linha]. [Consult. 23.ago.2017]. Disponível em: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/jogos\\_Ol%C3%ADmpicos\\_de\\_Ver%3o\\_de\\_1984](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/jogos_Ol%C3%ADmpicos_de_Ver%3o_de_1984).
- (1983), FIBA Africa Championship 1983. [Em linha]. [Consult. 10.set.2017]. Disponível em: [https://en.m.wikipedia.org/wiki/FIBA\\_Africa\\_Championship\\_1983](https://en.m.wikipedia.org/wiki/FIBA_Africa_Championship_1983).
- (1980), Boicote aos Jogos Olímpicos de Verão de 1980. [Em linha]. [Consult. 01.jul.2017]. Disponível em: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/jogos\\_Ol%C3%ADmpicos\\_de\\_Ver%3o\\_de\\_1980](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/jogos_Ol%C3%ADmpicos_de_Ver%3o_de_1980).